

## **A UFG E AS POLÍTICAS PARA O ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM GOIÁS: EXTENSÃO, INTERIORIZAÇÃO E EXPANSÃO VIA *CAMPI* AVANÇADOS**

Zilda Gonçalves de Carvalho Mendonça  
Universidade de Rio Verde - FESURV-GO  
zildamendonca@hotmail.com

### **RESUMO**

O objetivo do presente estudo é analisar, especificamente, o processo de expansão e de interiorização do ensino superior no Estado de Goiás, Brasil, pela via da Universidade Federal de Goiás (UFG). Delimitou-se a investigação no período compreendido entre a criação de vários *campi* avançados pelo interior do Estado de Goiás e um no Estado do Piauí, entre 1972 e 1993. Além da pesquisa bibliográfica, foram utilizadas as fontes documentais pertinentes ao tema. A pesquisa possibilitou compreensões e explicações sobre a expansão e da interiorização através de eixos que mostram sua vinculação a objetivos econômicos, a interesses de grupos políticos, à emergência das instituições de ensino superior associadas aos municípios-polo que acolheram as escolas de ensino superior, os atores sociais envolvidos em sua manutenção, em sua administração. Observou-se ainda que especificidades regionais, em tal processo, estiveram associadas ao contraditório movimento da democratização da educação superior brasileira, desde os anos 1950. Também, a universidade deveria se transformar em recurso de integração, desenvolvimento e segurança nacional, como convinha à ideologia dos governos, ao longo da história do Brasil, a partir de 1930.

Palavras-Chave: Universidade Federal de Goiás, Ensino Superior em Goiás; Extensão; Interiorização; Expansão

## **THE UFG AND THE POLICIES FOR HIGHER PUBLIC EDUCATION IN GOIÁS: EXTENSION, INTERNALIZATION AND EXPANSION VIA ADVANCED CAMPUSES**

### **ABSTRACT**

The aim of this study is to examine, specifically, the process of expansion and internalization of higher education in the State of Goiás, Brazil, via Federal University of Goiás (UFG). It was delimited, for researching, the period from the creation of several campuses in the State of Goiás and the State of Piauí, between 1972 and 1993. Besides the literature, it was used the documentary sources that were relevant to the topic. The research allowed understandings and explanations of the expansion and internalization through shafts that show their connection to economic goals, the interests of political groups, the emergence of institutions of higher education associated with the municipalities-pole that welcomed the schools of higher education, social actors involved in its maintenance also in its administration. It was also observed that regional specificities in this process were associated with the contradictory movement of democratization of Brazilian higher education since the 1950s. Also, the university should become a feature integration, development and national security, in agreement with the ideology of governments throughout the history of Brazil, since 1930.

Keywords: Federal University of Goiás, Goiás Higher Education; Extension; Internalization; Expansion

## Introdução

A UFG é uma instituição que, desde o processo de sua criação, enfrentou os embates que a conjuntura contextual de cada período apresentou. Em cada momento de sua história, que coincide com a história local, regional e nacional, estabeleceu conceitos e significados para a orientação de sua organização estrutural (física, acadêmica, pedagógica e política).

Isso foi possível observar através das posturas adotadas por suas administrações no período estudado, quando por questões ideológicas e/ou concepções de universidade, os administradores indicavam como seria a relação desta com a sociedade onde estava (e está) inserida. Nota-se que cada administração ressignificou conceitos, reordenou ações para estabelecer a configuração que caracterizaria a universidade e o ensino superior segundo a sua concepção de política para o atendimento desse nível de formação.

## A UFG e as políticas para o ensino superior público em Goiás

A história da UFG, como a história de grande parte das instituições, confunde-se com a história protagonizada por muitas pessoas que participaram do seu processo de criação e desenvolvimento. Em 2008, o então Reitor dessa universidade, Professor Edward Madureira Brasil, afirmava:

[...] instalar oficialmente a instituição foi uma missão de destemidos, que enfrentaram dificuldades e resistências de toda ordem para fazer emergir uma universidade no Brasil Central. [...] alguns dos pioneiros lutaram contra o tempo, contra a burocracia e contra a falta de recursos. [...] a UFG, lançada como desafio, fez com que muitos lecionassem sem salário e não medissem esforços na busca por apoio logístico, técnico e financeiro. E foi assim, protagonizada por amantes do ensino, idealistas, desprendidos, guerreiros por excelência, que parte significativa da história da UFG foi escrita. (UFG, 2008, p. 5)

A UFG havia nascido “marcada por um discurso modernizante e identificado com as aspirações sociais de parcela significativa da população, sobretudo com as demandas estudantis encampadas pela UNE para a reforma universitária no país” (DOURADO, 2001, p. 51).

A Universidade Federal de Goiás inaugura no Brasil uma concepção nova de universidade: um centro de elaboração cultural – um laboratório de cultura. [...] A Universidade Federal de Goiás propõe-se a constituir um centro ativo de desenvolvimento, com a ruptura da estrutura arcaica tradicional da universidade brasileira. (OLIVAL, 1992, p. 75)

A despeito das dificuldades impostas pelas contingências políticas, ideológicas e econômicas, a universidade buscava o propósito de crescer e modernizar-se. Uma vez instalada,

o passo seguinte foi estabelecer um projeto pedagógico para a instituição. Para isso, foi realizada a “Semana de Planejamento”, que reuniu expositores e personalidades importantes da área cultural e pedagógica do país, como os sociólogos Darcy Ribeiro e Ernesto de Oliveira Júnior.

Após várias discussões, ficou decidido que a UFG deveria superar o modelo clássico de ensino que vigorava no Brasil para se aproximar mais da realidade contemporânea mundial. (COSTA; SALES; SILVA, 2008, p. 12)

Mas, logo teve que se adequar aos princípios propostos pelo regime militar instalado no país em 1964:

O impacto político-ideológico do golpe militar ecoa em Goiás. Em relação ao ensino superior, várias medidas foram adotadas, entre as quais destaca-se a instalação de comissão de Inquérito que resultou na aprovação de intervenção federal na Universidade Federal de Goiás. Entre as justificativas da Comissão para intervenção, estavam as “irregularidades” ligadas ao processo desordenado de criação de escolas. (DOURADO, 2001, p. 52)

Depoimentos de professores e servidores, divulgados na revista *UFG Afirmativa*, de publicação da Assessoria de Comunicação da Universidade Federal de Goiás, que atuaram na universidade naquela época, demonstram o quadro sombrio por que passou a universidade, culminando na demissão do reitor. E com a Reforma Universitária de 1968 (Lei nº 5.540/68) a UFG, em especial, promoveu reformulações que acabaram por distanciá-la dos seus propósitos iniciais.

O Plano de reestruturação da UFG foi aprovado pelo Decreto nº 63.817 de 16 de dezembro de 1968, o qual atingiu, particularmente, suas unidades acadêmicas. Diante do quadro contextual estabelecido,

ao longo da década de 1960 e início dos anos 70, preocupada em consolidar-se como instituição de ensino superior, a UFG concentrou seus esforços na busca de maior eficiência interna. Essa fase se caracterizou por uma ênfase na organização e na racionalização do espaço físico, da estrutura administrativa e dos serviços, visando a atingir os objetivos para os quais a universidade fora criada, em especial o ensino de graduação. (COSTA; SALES; SILVA, 2008, p. 12)

A partir desse período, ciente de sua obrigação de fazer valer as determinações da Lei nº 5.540/68 que determinava a indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão, a UFG passou a atender a orientação do MEC e do Ministério do Interior através de ações ligadas ao Projeto Rondon e ao CRUTAC (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária). Esses projetos constituíam-se como recursos ideológicos dos governos durante o regime militar instalado no Brasil desde 1964. O Projeto Rondon, ligado ao MINTER (Ministério do Interior), tinha por missão a integração e a segurança nacional, valendo-se da força jovem que se encontrava matriculada nas universidades públicas federais. E os CRUTACs

adequavam-se bem à ideologia do grupo no poder, que procurava mostrar para a sociedade civil a sua preocupação com a condição de miserabilidade das camadas desvalidas, entretanto não atribuía essa miséria às condições econômico-sociais do país, mas ao povo que, analfabeto, era incapaz de usar a técnica para melhorar sua condição de vida. A ideologia do programa evidencia que a universidade, detentora da “cultura”, através de suas ações de extensão, iria atuar no interior civilizando e instruindo a população “inculta”. Percebe-se nas entrelinhas

que o projeto atendia ao objetivo do Governo Brasileiro de combate à pobreza e ao seu suposto potencial subversivo. (Idem, p. 18)

Nessa direção, ficaram acertadas, inicialmente, atividades de extensão fora da sede da instituição. Concretizando esse intento, estabeleceu atividades extensionistas, através de estágios, em Picos-PI (1972). Assim, foi constituída a área de atuação do Projeto Rondon e foi oferecido à UFG. Em Goiás, a UFG iniciou suas atividades extensionistas através dos estágios rurais na área da saúde na cidade de Nerópolis-GO. Essas atividades, em 1975, foram transferidas para Firminópolis-GO, quando foi criado o CRUTAC. A UFG realizou ações que caracterizavam a extensão na área de saúde até em 1980, aproveitando as instalações do CRUTAC que passou a denominar-se *Campus* Avançado de Firminópolis, privilegiou seus atendimentos às localidades próximas.

No período compreendido, especialmente, entre 1972 e 1986, a UFG passou por um processo de significativa interiorização com o estabelecimento de *campi* avançados. As unidades foram criadas em Picos, PI (1972), Firminópolis-GO (1980), Porto Nacional-GO (1980), Jataí-GO (1980) e Catalão-GO (1984). Ressalta-se que nessa fase

sua dotação orçamentária [...] não permitia a expansão de vagas e de cursos nem na capital muito menos no interior do Estado, embora a Universidade reconhecesse estar frente a uma nova realidade que exigia não só a uma expansão na capital, mas, principalmente, a interiorização de suas atividades. (UFG, 1997, p. 4)

Nesse processo em que a história da UFG foi sendo tecida, os sujeitos em suas conjunturas político-econômicas e sociais, cujos interesses eram os mais diversos foram colorindo com matizes a trajetória dessa instituição. A partir desse momento, foram considerados, além de documentos e estudos já realizados, depoimentos e entrevistas concedidas no período de agosto a dezembro de 2009, com dois professores, três ex-reitores, duas pessoas das comunidades onde foram instalados os *campi* avançados da universidade.

Os professores e os ex-reitores atuaram na UFG no período compreendido nesse estudo (1972-1994), já as pessoas da comunidade atuaram no processo de estabelecimento dos *campi* avançados, então denominados, pólos de desenvolvimento econômico. Nos depoimentos dos entrevistados, ficam claras: a distinção de filosofias; concepções de universidade; as opções políticas; as tensões e contradições que foram objetos de disputas e as ações que marcaram a participação no processo de construção da história da UFG.

A UFG, no período desde sua criação até 1986, caracterizou-se pelo grande impulso dado à extensão, interiorização – principalmente pelo estabelecimento dos *campi* avançados – e pela expansão resultante desse processo. É válido salientar que as atividades de extensão nessa universidade, desde sua instalação em 1960 até os anos de 1970, caracterizaram-se como pontuais e singulares. Não havia uma política de extensão universitária institucionalizada. Essa situação perdurou até dezembro de 1977, quando o Reitor em exercício, o professor José Cruciano de Araújo, criou a Coordenação dos Órgãos e Serviços de Extensão da UFG e designou a professora Maria do Rosário Cassimiro para assumi-la.

Com a criação dessa Coordenação, reuniram-se, sob a mesma direção, todos os órgãos e ações que realizavam as tarefas de extensão sob diferentes administrações. Em 1979, após a aprovação do Estatuto da UFG pelo MEC, foi criada a Pró-Reitoria de Extensão – PROEX – com a missão de “superintender e coordenar as atividades e serviços de extensão”. A professora Cassimiro foi a primeira Pró-Reitora de Extensão.

Em decorrência da política de interiorização incentivada pelo governo federal, a PROEX desenvolveu trabalhos que resultaram na criação e estabelecimento de *campi* avançados nas regiões consideradas pólos de desenvolvimento regional. Sobre essa questão, Cassimiro chama a atenção para a seguinte situação:

Veja que o Brasil, Goiás, não estavam (e não estão) preparados para receber os benefícios do desenvolvimento. Veja que o desenvolvimento chega antes da educação. No Brasil, a educação é o último vagão do comboio do desenvolvimento. Cria-se uma usina hidrelétrica nos ermos dos sertões brasileiros e não se leva educação nenhuma para lá. Esses lugares tornam-se pólos de desenvolvimento sem nenhuma estrutura organizacional. Primeiro se implanta o desenvolvimento. Depois a escola corre atrás. A escola vem sempre “depois”. (CASSIMIRO em entrevista concedida em 05/8/09)

Nessa direção, para que a universidade pudesse contribuir com o desenvolvimento econômico de uma dada região, foi necessário cuidar para que o conceito de universidade estivesse intimamente associado ao conceito de extensão que foi construído a partir de 1968, quando da aprovação da lei nº 5.540/68. O Relatório de Atividades da Pró-Reitoria de Extensão -1978-1981- (UFG, 1981) destaca que a Pró-Reitoria de Extensão, logo que aprovada em 7 de janeiro de 1979, preocupou-se em identificar as tarefas de sua competência, estruturando-se em função das mesmas.

Entre as várias ações nessa direção, foram realizados estudos por um grupo de professores da universidade com a finalidade de construir bases científicas “e conceituar, em novas bases, a própria instituição universitária, dando-lhe um novo sentido no seio da comunidade humana” (p.17).

Uma das maneiras de a Universidade se fazer presente no meio da população é levar os acadêmicos de todas as áreas de ensino para, sob a orientação dos seus docentes, atuarem como pré-profissionais, durante os últimos semestres de seus cursos, dentro da própria comunidade complementando assim a sua formação acadêmica no próprio ato de prestar assistência aos membros da população. Assim, o ensino deixa de ser somente teórico e passa a ser vivenciado na prática antes de o aluno se formar, contando ainda com a assistência dos professores [...]. (UFG, 1981, p.17)

Mesmo enfrentando oposições, a extensão na UFG caminhou para sistematização de uma política que também encampava a interiorização da universidade. A professora Cassimiro recorda que a extensão

foi introduzida pela Reforma de ‘68 na forma de lei. Mas, nós, na Universidade, não sabíamos muito bem o que era isso. Fomos aprender, fazendo. Fazendo extensão. Lendo, estudando, meditando. Aqui mesmo na UFG, criamos um núcleo de estudo que era feito por 3 ou 4 pessoas e produzimos até alguns livros sobre extensão universitária. Porque não havia nada sobre o assunto no Brasil. Apenas uma palavra na lei: extensão universitária. Então elaboramos um conceito e a partir dele fomos fazendo a prática. (Entrevista concedida em 05/8/09)

Os documentos analisados (Regimento e Relatórios de Atividades da PROEX, livros produzidos, discursos de autoridades da UFG) apontam que essa Pró-Reitoria, que se

pautava nos fundamentos teóricos construídos pela equipe administrativa da época, adquiriu estrutura organizacional que lhe garantia poder político e financeiro com significativa autonomia para suas ações. Essa situação propiciou o entendimento de que ela gozava uma posição singular, diferenciada e privilegiada dentro da universidade. E isso gerou representações diversas que resultaram em explícita oposição.

A existência e a grande valorização da extensão universitária respondiam aos interesses hegemônicos do Estado militar e hoje, com matizes diversos, do chamado Estado democrático. Após 1964, até início dos anos 80 do século XX, havia uma grande centralização das decisões e das ações também na área da educação e da cultura e, portanto, do ensino superior, do ensino universitário, da pesquisa e da chamada extensão universitária, da criação e expansão dos *câmpus* universitários. Às universidades cabia mais operacionalizar o que vinha imposto do governo federal, operacionalização essa em geral chamada de planejamento. E aí então algumas universidades procuravam conferir um colorido diversificado nesse caminhar. (Ildeu Moreira Coelho em depoimento concedido em 04/8/09)

Diante dessa realidade, foram sendo evidenciadas as linhas mestras que orientariam os trabalhos realizados pela universidade, as filosofias que fundamentariam as ações. Assim, quando se tratava da extensão, um discurso que encontrava ressonância na sociedade era que

o ideal era a interiorização da mão-de-obra da intelectualidade, das profissões mais intelectualizadas no sertão brasileiro. Principalmente no norte, nordeste e centro-oeste, que eram regiões mais atrasadas. Levando para lá os estudantes do centro-sul, das universidades mais desenvolvidas, para levar conhecimento e trazer conhecimento. Esta é a grande vantagem da extensão para a universidade brasileira. A metade do conhecimento, da sabedoria está na Universidade. Mas a outra metade está na comunidade. E é isso que a Universidade Brasileira precisa fazer: trazer para dentro dela a sabedoria da comunidade. Isto para ser Universidade Brasileira. [...]. Ninguém estudava o Brasil. Pela extensão, a Universidade começou a estudar o Brasil, e se estuda o Brasil até hoje. Esta foi uma grande contribuição que a gente chamava de atividade de mão dupla. Pela extensão, a Universidade levava conhecimentos, mas trazia para a Universidade aqueles conhecimentos que só a comunidade tem. (Idem)

Essa concepção era compartilhada por outros profissionais que atuavam na instituição. O professor Paulo Ximenes reforçou que existiam preocupações

com a idéia da extensão levar os jovens para o interior para que conhecessem e que até se mudassem para regiões pouco desenvolvidas e assistidas pelo estado. A UFG participou com os campi avançados para estágio (Campi de Picos -PI, Porto Nacional e CRUTAC - Firminópolis) e formação de professores (Campi de Catalão e Jataí). Estudantes, professores e funcionários se interagiam com as comunidades locais na busca de soluções para questões de educação, saúde, sociais e econômicas. Possibilitando a comunidade universitária o contato com o cidadão comum e com realidades contrastantes com aquela em que viviam. (Entrevista concedida em 03/11/09)

A extensão, a partir de concepções como essas, foi-se consolidando como articuladora do ensino e da pesquisa, e, como mediadora das propostas que possibilitavam a participação, o desenvolvimento regional, econômico e cultural. Também eram atribuídas à extensão as funções de objetivar e racionalizar ações que visassem a melhoria das condições de vida da população, além de democratizar o acesso à universidade, criar e fortalecer o elo da universidade com a comunidade.

Na UFG, a extensão adquiriu *status* de promotora de meios para a renovação de seus métodos e conteúdos de ensino, além de transformar o conceito de universidade. Cassimiro enfatiza que

a extensão é a saída, a abertura das portas da universidade para a comunidade, fazendo com que a universidade desça do seu pedestal Coimbrã e vá às comunidades auscultá-la e prestar serviços, através de estágios supervisionados, com alunos e professores. (Entrevista concedida em 5/8/09)

Os documentos, os depoimentos e os estudos já demonstraram que a extensão foi tomando direções antes impensadas, foi redefinindo seu conceito inicial e por isso foi construindo um campo em que várias concepções colocavam-se em disputa. Algumas dessas concepções, em diferentes perspectivas, foram destacadas por Silva (2000) como:

a) *funcionalista* – a extensão adquire especificidade e autonomia, se revestindo de atividades que se destinam ao atendimento de necessidades ou carências imediatas da população, não apresentando, necessariamente, vínculos com o ensino e a pesquisa;

b) *crítica* – considerada intrinsecamente ligada ao ensino e à pesquisa, só é compreendida quando se efetiva por meio dessas funções, uma vez que está contida nelas;

c) *processual* – a extensão constitui-se em um processo articulador de todas as instâncias acadêmicas com as demandas da sociedade.

Essas concepções, de certo modo, decorreram do entendimento de que o processo de criação da extensão na UFG teve influência da concepção norte-americana de extensão universitária, a qual era concebida como prestação de serviços gerais, de natureza técnica ou social. Inicialmente, suas atividades constituíam-se de estágios supervisionados em localidades distantes da sede, que, revestidos de caráter assistencialista, cumpriam o ideário dos governos militares, que, entre outros propósitos, impôs uma política desenvolvimentista para todos os setores da sociedade brasileira.

Na UFG, a extensão foi ganhando forma e passou a ser implementada por um conjunto de atividades que a legitimava e fortalecia. Compunha uma visão de universidade e de ensino superior que lhe abria caminhos para promover a interiorização e, conseqüentemente, resultando na expansão dessa instituição. Esse conceito caracterizou a filosofia de seus administradores. A professora Maria do Rosário Cassimiro ressaltou com muita ênfase:

eu defendi em meu discurso de posse que não seríamos a Universidade de Goiânia, mas a Universidade de Goiás. Eu achava que interiorizar o conhecimento, levar o conhecimento às pessoas que tinham dificuldade de virem para Goiânia para fazerem um curso era muito importante. E isso não podia ser feito aleatoriamente. E então era importante levar esse pensamento a todas as comunidades goianas. (Entrevista concedida em 05/8/09)

Coerente com essa filosofia, o período de 1979 a 1986, na UFG, caracterizou-se, então, pela definição de uma política de extensão que se materializou através da interiorização com a instalação de *campi* avançados nas regiões consideradas pólo de desenvolvimento econômico. Contudo, destaca-se que, ao menos num primeiro momento, o processo de interiorização da UFG ocorreu de forma tímida. Este era “voltado quase exclusivamente para ações de cunho assistencialista, viu-se diante de novos desafios colocados pela necessidade de democratizar o ensino de 3º grau, mediante a criação de novos cursos e aumento de vagas tanto na capital quanto no interior” (UFG, 1997, p. 4).

Em todas as regiões do Estado, crescia a demanda social por ensino superior. A realidade vivida pelo país possibilitava às regiões estrategicamente localizadas oportunidade para assumir e comandar o seu processo produtivo. Somando a essa condição, era necessário que apresentassem crescimento quanto ao número de habitantes. Assim, estavam autorizadas a pleitear a negociação para o estabelecimento de um campus da UFG na cidade.

E a justificativa era, segundo o senhor, Binômio da Costa Lima (senhor Meco), integrante do grupo de pessoas que se organizaram, na cidade de Jataí, GO, pela criação de cursos superiores naquele município:

o sonho de todo pai é ter em sua cidade uma Universidade. Ainda mais em um Estado que só tem duas Universidades numa mesma cidade e longe de tudo. Imagina a alegria em saber que se está cogitando em trazer um Campus Avançado para sua cidade. Todos querem, todos torcem, todos aplaudem, toda comunidade está aberta para receber o Campus e assim dar oportunidade a seus filhos participarem de um curso superior. (Depoimento concedido em 23/11/09)

Um ponto em comum em todos os processos de criação e implantação dos *campi* avançados da UFG nos municípios foram as reivindicações de representantes políticos e sociais que, incansáveis, não desistiam de seus objetivos.

As prefeituras [de Jataí e Catalão, inicialmente, e as posteriores] coesas nas reivindicações e respaldadas pelas populações locais, não aceitavam a negativa da Universidade diante da proposta de criação de cursos de graduação nesses municípios. No processo de negociação posteriormente desenvolvido, só restou à Universidade a alternativa de estabelecer termos de uma parceria através de Convênio com as Prefeituras, dividindo assim, gastos e responsabilidades, mesmo prevendo dificuldades que ambas iriam enfrentar nesse processo. (UFG, 1997, p. 4)

Nos *campi* de Jataí e Catalão, os cursos instalados, prioritariamente, pertenciam à área de formação humana para a educação. Tais cursos, inicialmente, possuíam caráter temporário, com o compromisso de atender apenas a demanda daquela época.

Destaca-se que a política de interiorização da UFG, até aquele momento, não se apresentava sistematizada e explícita. Contudo, isso não impediu à universidade de desenvolver duas modalidades de trabalho: a direta e a indireta.

A forma indireta consiste no direcionamento das atividades de ensino e pesquisa realizadas na instituição-sede para os problemas do Estado, incluindo as regiões interioranas. Já a forma de interiorização direta consiste no desenvolvimento de atividades permanentes da Universidade

– o ensino, a pesquisa e a extensão – em regiões interioranas através da implantação de Campi Avançados. (UFG, 1994, p. 10-11)

Na ausência de uma política de interiorização por parte da universidade, a escolha dos cursos para a implantação nos municípios era definida pela natureza dos mesmos, priorizando aqueles que não eram onerosos para serem estabelecidos. No documento que apresenta a proposta para o Programa de Interiorização dos Cursos da UFG (1994) foram apresentadas as principais dificuldades enfrentadas pela UFG no processo de manutenção de *Campi Avançados*:

a) falta de dotação orçamentária própria; b) falta de uma estrutura técnico-administrativa de suporte; c) falta de um plano de Carreira do Pessoal Docente; d) cobrança da comunidade local e dos políticos; e) os Departamentos da UFG não assumiram a interiorização; f) falta de uma política explícita de interiorização da UFG. (UFG, 1994, p. 29)

Cabe ressaltar que, no período de 1979 a 1986, a Pró-Reitoria de Extensão da UFG desenvolveu intensas atividades e projetos e se tornou um ente de respeitável poder político, econômico e administrativo dentro da universidade. Sempre enfrentou oposição, mas contava com apoio do grupo que se encontrava no poder da UFG. Findo esse período, coincidindo o processo eleitoral para escolha de nova reitoria e o início do período de democratização da sociedade brasileira, com o fim do regime militar, houve a mudança radical da direção da universidade e da PROEX.

A extensão praticada pela UFG, até aquele momento, sofria intensas e severas críticas, além de ser considerada como prática assistencialista e assistir a retração de suas atividades. Nesse contexto, que foi construído a partir de então, não houve espaço para a extensão e interiorização na UFG. Outros conceitos e outras posturas orientavam as atividades realizadas pela universidade. O professor Ildeu Moreira Coelho, que atuou como Pró-Reitor de Graduação no reitorado do professor Joel Pimentel Ulhôa (1986-1989), enfatiza:

na universidade há o ensino e a pesquisa; é isso que ela faz. Ela pesquisa, busca, interroga, cria saberes e trabalha com os alunos esses saberes, formando-os. Esse é o trabalho da universidade, diferentemente do trabalho de uma empresa, partido político, prefeitura, secretaria de estado ou ministério, por exemplo. A universidade não é uma organização que prestaria serviços ao Estado, às empresas ou à sociedade; não é uma repartição pública, um ministério ou secretaria de estado; nem uma instituição social, como muitas outras, mas uma instituição social específica que trabalha com ensino e pesquisa. Essa é sua razão de ser. (Depoimento concedido em 04/8/09)

E coerente com essa concepção, quando se refere à extensão, Ildeu Coelho ainda destaca:

a idéia de extensão universitária pressupõe que a universidade exista ou possa existir fora da sociedade, à sua margem ou dela afastada. Isso não tem sentido, pois a universidade é uma instituição histórico-social, inseparável da sociedade, do mundo da cultura, do político, do econômico. Não tendo como existir fora da sociedade, nem dentro dela, por ser intrinsecamente social, a universidade não tem como a ela se

estender, ir até ela, dela se afastar ou aproximar. Tanto assim que, em conferências e escritos sobre a universidade, trabalho sempre com os conceitos de ensino e pesquisa. Como para mim a universidade é social, por natureza, ela nunca está fora, nunca esteve, nem jamais existirá fora ou à margem da sociedade. (Idem)

Essas referências encontraram ressonância na fundamentação de Joel Ulhoa, que reitera:

eu concordo com o Ildeu e acrescentaria: o conceito de extensão, de fato, é um equívoco, pelo seguinte: ao pensar a universidade como lugar de ensino, pesquisa e extensão, você dispensa o *câmpus* avançado, que é considerado extensão, de fazer pesquisa, por exemplo. Pesquisa e ensino são realidades intimamente relacionadas. E a extensão, nessa concepção, estaria fora do ensino e da pesquisa. Se ela é um meio de promover o ensino e a pesquisa, não precisaria ser chamada de extensão. É a universidade que se amplia socialmente levando o ensino e a pesquisa para outros espaços geográficos. Com essa trilogia, reforça-se um conceito de extensão equivocado. Quase poderíamos dizer que, ao criar o conceito de extensão, estamos liberando boa parte dos recursos humanos (pesquisadores) da universidade de se dedicarem ao ensino e à pesquisa. (Idem)

Nessa fase, considerando a base conceitual daqueles que compunham a política administrativa da UFG e, com a retirada dos incentivos financeiros por parte do Estado, ocorreu a extinção da PROEX. Uma das justificativas era que

na UFG, até 1985, a extensão era, na prática, confundida com o que se fazia fora dos *câmpus* originários, primeiros, da Universidade. Assim, por exemplo, aulas, conferências ou outras atividades de transmissão do saber realizadas nos *câmpus* da UFG em Goiânia, eram consideradas ensino, mas se acontecessem na periferia de Goiânia, em outras cidades ou mesmo nos *câmpus* avançados eram chamadas atividades de extensão, e coordenadas pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade. (COELHO em depoimento dia 04/8/09)

O processo de reestruturação da UFG, particularmente no que tange ao setor administrativo, implementado a partir de 1986, transformou a Pró-Reitoria de Extensão em Coordenação de Extensão e promoveu significativas alterações na lógica acadêmica da universidade. A partir daquele momento, as atividades de extensão foram vinculadas à nova estrutura do PROGRAD (Pró-Reitoria de Graduação) (MORAES, 2002). Outro conceito de extensão passou a ser discutido no âmbito da UFG, seu papel foi redefinido e a política de extensão e interiorização foi redirecionada.

A PROEX passou, então, em sua história, de uma posição privilegiada a outra de desmonte, uma vez que deixou de existir por uma década, mais especificamente, de dezembro de 1986 a novembro de 1996. As atividades de extensão passaram a ser realizadas pela Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD, que herdou a Coordenação de Extensão e Estágios da PROEX, como constava do regimento da PROEX. (COSTA; SALES; SILVA, 2008, p. 31)

A análise desenvolvida até aqui ganha maior amplitude à luz de elementos como o *campus* universitário e a expansão do ensino superior. Esses elementos, enquanto decorrentes da extensão e interiorização, tiveram início no contexto da Ditadura Militar, ocorrendo em espaços geográficos distintos. As extensões universitárias promovidas pela UFG, ao longo de seu processo, apresentaram-se com caráter institucional e ofereciam atividades diversificadas.

Alguns projetos de extensão da UFG resultaram de ações de parcelas/grupos sociais organizadas que exigiam, através de representantes políticos, respostas aos seus anseios e necessidades daquela localidade. A efetivação desses projetos de extensão ocorreu através da negociação entre as prefeituras dos municípios-sede com a UFG, uma vez que, entendia-se o Município como uma forma conceitual de Estado, este se apresentava autorizado a estabelecer a ponte entre a sociedade e a universidade.

Até 1986, a extensão universitária, na UFG, se materializava através de várias ações no município-sede e também pelo estabelecimento do *campus* avançado em regiões geograficamente distantes da sede e realizavam atividades diversas. Naquele momento, “o Campus era a sede para o desenvolvimento de atividades programadas pelas IFES. Equipes das IFES participavam de levantamentos de necessidades junto às comunidades e as atividades eram preparadas na Pró-Reitoria de Extensão” (XIMENES, 03/11/09).

Completando esse sentido, a professora Maria do Rosário Cassimiro acrescenta:

*campus* avançado era a base física para receber estudantes e professores para realizarem suas atividades. Como é que iríamos levar professores para Jataí se não tinha lá nada para recebê-los? Eles ficavam meses lá! Tinha que ter alojamento, refeitório. Nessas cidades tinha que ter tudo. Tinha que haver uma administração. No campus tinha que ter o prédio, alojamento, escritório, biblioteca. Havia uma administração sob a responsabilidade de um Diretor Geral, um administrador da parte burocrática e funcionários para serviços gerais. Era essa equipe de trabalho que recebia professores e estudantes que iam para lá. Era como se fosse uma embaixada da Universidade em determinada cidade. (Entrevista em 05/8/09)

A extensão universitária, privilegiando regiões distantes, estabelecendo-se enquanto *campus* avançado, contribuía, sobremaneira, para a interiorização do ensino superior, especialmente da UFG. Para Cassimiro (05/8/09), “os *Campi* interiorizaram a universidade por si mesmos. Passamos a utilizar o termo interiorização através do Programa de Interiorização da UFG e passamos a definir a criação de cursos superiores em alguns *campi* avançados”. E acrescenta: “Os *Campi* foram criados com esse pensamento: serem sementes para uma nova universidade”.

As ações, os projetos desenvolvidos, as políticas estabelecidas quase sempre não resultavam de consenso no interior (e no exterior) da universidade.

O ideal de igualdade, de cooperação e solidariedade, [...] na ordenação institucional e na busca de maior homogeneidade, em termos de um padrão unitário de qualidade, dá lugar à competição e à busca de ganhos simbólicos e/ou materiais de agentes desigualmente dotados de capital, o que enfraquece as estratégias gerais de autonomia e/ou conservação do ideário existente no campo. (OLIVEIRA, 2000, p. 57)

Nota-se que as várias forças internas e externas, que atuavam na universidade, objetivavam modificar o jeito de ser e agir. Disputas acerca de um projeto acadêmico ou de

gestão, de influência ideológica ou de estabelecimento de um espaço para atuação marcaram a época e fizeram com que muitos agentes se posicionassem.

Era muito simples ficar na sede criticando e outra coisa era ir para frente de serviço entrar em contato com a realidade todos os dias, inclusive finais de semana, feriados e até mesmo no período noturno. Por outro lado, o resultado do trabalho educativo aparece ao longo de gerações. Assim a formação de professores, mudanças de atitudes sociais e políticas, desenvolvimento de práticas esportivas, mudanças de hábitos alimentares e de higiene não se faz e não se tem resultados rapidamente. Mudanças de atitude não eram percebidas de imediato, mas tenho a certeza que elas contribuíram para o desenvolvimento sócio-econômico e político das regiões onde existiram [...] os *campi* da UFG. (Paulo Ximenes, entrevista em 03/11/09)

A despeito das tensões que caracterizaram as atividades de extensão, implantação dos *campi* avançados, da interiorização intrínseca a esse processo, verificou-se a expansão das IES em geral e da UFG, em particular. Esta envolveu diferentes espaços, sujeitos e resultados. Para alguns, ela enriqueceu a comunidade e tornou a universidade mais forte, mais consciente de sua missão, além de resultar em crescimento e autonomia para os municípios onde aconteceu.

Nessa direção, quando observada a avaliação da UFG sobre essas práticas, notou-se a existência da disposição de enxergá-las como projetos geradores de resultados positivos, mesmo que, de acordo com textos dos documentos, tenham prevalecido o favoritismo e o clientelismo.

Com a implantação dos cursos superiores nestes *Campi* e a conseqüente ampliação das atividades de pesquisa e extensão que articularam naturalmente à graduação, seu crescimento foi progressivo e sistemático. É inegável hoje que a importância dos *Campi* regionais, principalmente se for considerado, em princípio, o impacto regional ocasionado por seus cursos bem como a conseqüente repercussão social do trabalho prestado à população local, que tem contribuído, de várias formas e nos diversos setores com o desenvolvimento dos municípios beneficiados. (UFG, 1997, s/p)

Nos documentos consultados, observou-se ainda que tais procedimentos foram decisivos para a autoavaliação da UFG, enquanto universidade:

Tal expansão, nas condições em que se deu, negligenciando padrões de qualidade, acabou por confirmar a importância dos *Campi* instalados pela UFG e por reforçar o papel da Universidade no desempenho de sua tarefa de formar profissionais em condições de responder adequadamente às exigências colocadas pela sociedade. (Idem)

Contudo, “no aspecto pedagógico não houve expansão. Era o mesmo administrado na Universidade-sede” (CASSIMIRO, 05/08/09).

Joel Ulhôa conclui:

O que se defende é que essas áreas todas ganharam com o passar do tempo, com o trabalho que a universidade desenvolveu ali. Ganhara autonomia. Para a universidade, significa que ela realizou seu trabalho de

educadora nas regiões de sua atuação, como responsável pelo ensino e pesquisa. Ao fazer isso, a universidade se realiza como instituição pública, voltada para o cultivo da cultura, da filosofia, da ciência, das letras e das artes. (Depoimento em 4/8/09)

A expansão, consequência da extensão e interiorização da UFG, foi revestida de características que a distanciam do processo de expansão do ensino superior nesse período. Nos anos de 1960 e 1970, na vigência da Ditadura Militar,

destaca-se o aumento do número de instituições de ensino superior, dos cursos de graduação e das matrículas. [...] contudo uma parte significativa deste movimento se processou na esfera privada, particularmente em instituições de ensino superior isoladas, como consequência da política de contenção de recursos para o setor público. (MORAES, 2002, p. 117)

Nos anos de 1980, a expansão do ensino superior ocorreu de forma discreta, com destaque para alguns momentos até de redução de matrículas nesse nível de ensino tanto na esfera pública quanto privada. Ressalta-se que esta última, nessa década, assumiu feições marcadamente empresariais.

Os reflexos desses encaminhamentos, somados ao espírito da democratização de todas as esferas da sociedade brasileira, redimensionaram as políticas dentro e fora da UFG a partir de 1986. Concepções, conceitos, práticas foram ressignificadas para, quem sabe, responder às questões do momento: conservar ou inovar? Romper ou re-configurar?

Para Rodrigues (2003), especialmente a partir de meados dos anos de 1980, com o fim do período autoritário, a UFG empreendeu ações que a apresentaram sob diferente significação e posicionamento. Para essa autora, essas ações podem ser identificadas em três momentos: primeiro, (1980-1984), o estabelecimento de alterações acadêmicas resultantes da reestruturação dos cursos de graduação e a retomada do regime seriado anual; segundo, (1985-1987), esse momento foi marcado pela busca da democratização das relações de poder, externas, no trato com o MEC, e também internas, com o favorecimento da participação dos três segmentos da universidade – docentes, funcionários e estudantes – no processo de escolha de seus dirigentes (eleições diretas); terceiro, influenciado pelo movimento em torno da Assembléia Constituinte Interna, no período compreendido entre 1988 e 1990, foi marcado por profundas mudanças decorrentes do processo de construção do projeto institucional para a universidade pautado na racionalização da estrutura administrativa e a descentralização da estrutura acadêmica.

Nos anos de 1990, a UFG foi influenciada pela pressão empreendida pelas políticas educacionais para as instituições públicas que marcaram aquele momento. Em função disso, ela sofreu mudança estrutural e acadêmica, além de redefinir seu perfil e sua identidade institucional.

As alterações e as mudanças que ocorrem na UFG, sobretudo a partir do início da década de 90, apontam para o fato que ela passa por um processo de *metamorfose*, que implica *modernização* de uma estrutura e da sua organização acadêmica, bem como por uma dinâmica própria de reconfiguração do seu perfil e identidade institucionais. Na mesma direção observa-se ainda esforço com a finalidade de ampliar vínculos com a sociedade, especialmente a local, e a instalação de uma cultura de trabalho mais dinâmica e flexível, apesar de mais controladora do desempenho e produtividade. (OLIVEIRA, 2000, p. 99)

Esse processo de metamorfose e modernização por que passou a UFG, no início dos anos de 1980, acentuou-se a partir dos anos de 1990. Para Moraes (2002), a extensão promovida pela universidade, nesse período, concordava com as políticas para a educação superior no país. Por isso, foi transformada “em um dos canais de captação de recursos complementares à manutenção da universidade, mediante a prestação de serviços remunerados e a venda de produtos acadêmicos à sociedade” (p. 122). Para essa fase, as novas bases da política de interiorização da UFG, orientavam-se para a expansão de vagas em alguns cursos, criação de novos cursos e turmas nos *campi* da capital e do interior, mas pautados numa política de contenção de custos.

Outra forma pela qual a UFG tem se expandido e ampliado a oferta de vagas, sem grandes ônus à instituição, é a criação de turmas de graduação em cidades do interior do Estado, entendidas como extensão de cursos. Exemplos desse processo são os cursos de direito no município de Goiás-Go e de Matemática em Rialma-Go. (MORAES, 2002, p.72)

Impulsionada por essa nova orientação, a UFG, a partir de 1990, retoma, de forma gradual, as ações extensionistas, orientadas para uma nova postura frente à extensão, “aglutinadas numa perspectiva institucional e articuladas com a política de graduação, pesquisa e pós-graduação” (UFG, 1997, p. 8).

Imbuída dessas novas perspectivas, as ações modernizadoras implementadas pela UFG em sua estrutura foram determinantes para o estabelecimento de um novo perfil e uma nova postura institucional. Nessa direção, o ajustamento da estrutura acadêmica; a ampliação de cursos de graduação e vagas sem que houvesse a ampliação dos quadros profissionais; a crescente oferta de atividades de extensão, particularmente, através de prestação de serviços remunerados; e o aumento do atendimento às variadas demandas locais e regionais por meio da celebração de convênios e contratos de prestação de serviços remunerados consolidam outra face da universidade, e é coroada com a elaboração de um novo estatuto, em 1996.

Observando esse panorama descrito, torna-se importante salientar que

as medidas e ações mais significativas, [...] parecem indicar, de modo geral, que há um empreendimento contínuo com o fim de estabelecer modelos, sistemas e processos de avaliação que impliquem em maior conhecimento e controle na produção acadêmica, o que parece significar, também mudança na cultura organizacional, objetivando maior eficiência e produtividade. Não se observam, no período considerado, rupturas ou grandes alterações nos rumos da universidade que mudem esse empreendimento institucional. A UFG, [...] parece uma instituição modelada e organizada por critérios técnico-acadêmicos de grande relevância, especialmente para um gerenciamento mais *ágil e eficaz*. (OLIVEIRA, 2000, p. 100)

Diante dessa exposição panorâmica da história da UFG, é possível destacar fases e faces que foram, ao longo de sua trajetória, compondo seu corpo, seu perfil e sua identidade institucional. Idealizada através das aspirações e lutas de muitos sujeitos imbuídos de filosofias muito particulares ou coletivas, a instituição foi criada em decorrência da ousadia resultante do confronto, da disputa que desafiava seus idealizadores. Destes, sociedade, governos locais, estudantes, profissionais que vislumbravam o estabelecimento da universidade pública em Goiás exigiam que, no limite

de suas iniciativas, encontrassem as respostas que a concretizassem como a Universidade Federal de Goiás.

No que tange à extensão universitária, cabe lembrar, a UFG iniciou o seu processo sendo a autora e a promotora das atividades que eram realizadas, decidia onde as atividades e/ou cursos que seriam implementados no local. Assumia todos os custos relacionados à logística e aos professores, ficando as prefeituras responsáveis pela manutenção da base que servia ao *campus*. Com a reestruturação e ressignificação da universidade a partir de meados dos anos de 1980, o teor dos convênios mudou, as prefeituras tiveram que assumir praticamente todas as despesas.

Essa situação fez com que fosse estabelecido outro campo de tensões, lutas e disputas. As comunidades e lideranças políticas de onde os *campi* avançados encontravam-se instalados se mobilizavam para que estes não fossem desativados. E quando os convênios eram acertados, o *status* de quem deveria decidir os rumos das ações a serem desenvolvidas, mudara. Exemplo dessa situação pode ser observado na posição apresentada pelo senhor Binômio da Costa Lima (senhor Meco)

Todos os professores eram da UFG, logicamente que já estavam sendo pagos por esta Universidade. Mas passado algum tempo, foram tentando sair disso, ameaçaram ao prefeito de fechar o Campus, não iriam mais pagar professores. Minha opinião foi de que deveria fechar e como iríamos pagar os professores ficaríamos com um *Campus* municipal, portanto nosso. [...] A Prefeitura ficou sendo a mantenedora da Universidade Federal de Goiás em Jataí. [...] A coisa mais esquisita que se pode imaginar. (Depoimento em 23/11/09)

Ao nível da ação desenvolvida pela UFG, a extensão praticada apresentou perfil caracterizado como *funcional e de processo*. Ficou claro que no decurso da extensão praticada, em localidades da cidade-sede da UFG ou nos *campi* avançados ou de interior, como eram chamados inicialmente, esta apresentava uma combinação de levantamento das necessidades imediatas da população com a articulação das instâncias acadêmicas da universidade a fim de atender às demandas da comunidade.

Nessa direção, observou-se que as premissas orientadoras da escolha das localidades para o estabelecimento das ações extensionistas pautavam-se na matriz positivista. Através dessa visão, a preocupação era propor uma versão de desenvolvimento que equilibrasse mudanças sociais com ações integradas para promoção de sujeitos “civilizados”, desenvolvidos. Nessa proposta, ficou evidente a preocupação no estabelecimento de um modelo que também cumpria a função de controle de tensões, além de cuidar para o projeto inicial fosse adaptado/ambientado ao contexto da localidade escolhida para instalação do *campus*.

Outro aspecto percebido foi a preocupação de cumprir com os objetivos previstos, tanto para o que diz respeito às questões relacionadas à universidade – aspectos acadêmicos – quanto ao fator integração dos extensionistas com os sujeitos e culturas locais. Assim, ao estabelecer ações continuadas, regulares com os agentes locais, estudantes e professores da UFG, impulsionariam trocas e influências que resultariam em mudanças nos costumes sem alterar o sistema no qual se encontravam e ainda forjariam bases para o desenvolvimento da região.

Ressalte-se que, embora não explícito, foi possível perceber o movimento dialético da contradição, revestido de um sentido de participação. Nesse decurso, foi sendo construído o princípio da conformação por parte dos grupos inseridos em cada contexto

que, no tempo preciso, sob determinada perspectiva modelar, cuidaram para que novos sujeitos e novas forças fossem gestados.

As especificidades de cada *campus* – avançado, universitário, de interior ou de curso, denominações evidenciadas na trajetória desse estudo – podem ser mais uma vez ressaltadas:

a) Campus Avançado de Picos-PI, oferta do Projeto Rondon, servia de base para estágios para os diferentes cursos mantidos pela UFG;

b) Porto Nacional-GO, que mesmo antes de tornar-se campus avançado já abrigava estagiários da área da saúde, continuou com essas atividades quando do estabelecimento do convênio com a UFG, formalizando dessa maneira as ações extensionistas e assistencialistas na região;

c) Firminópolis-GO que, através do CRUTAC, já realizava atividades relacionadas à educação e assistência no campo da saúde desde 1975, foi transformado em *campus* avançado servindo de base para estágios no campo da saúde;

d) Jataí-GO e Catalão-GO que, inicialmente, surgiram, também como base para estágios curriculares dos diversos cursos oferecidos pela universidade, transformaram-se em *campi* avançados de ensino. De início, com a intenção de promover cursos que resolvessem a demanda do momento, em função das políticas que foram gestadas nesse processo, tornaram-se atividades permanentes e os *campi* avançados acabaram por adquirir o *status* de “sementes para outra universidade para o interior goiano”.

e) Goiás-GO resultou do embate de interesses de “caráter político-acadêmico no interior da própria universidade” (MORAES, 2002). Esse *campus* já integrava uma nova perspectiva de extensão na UFG, pela qual a prioridade era a expansão de vagas dos cursos oferecidos na sede, articulada à sistematização de uma política de interiorização de oportunidades educacionais.

f) Rialma-GO também compõe o cenário caracterizado pelo jogo de interesses e conflitos internos e externos da instituição acrescidos da política de sistematização da interiorização de cursos. A esse contexto ainda se soma a expansão do número de vagas sem onerar, economicamente, a universidade.

Isto posto, ao ressaltar os aspectos que caracterizam os *campi* avançados da UFG, tornou-se possível desvelar detalhes que envolvem os aspectos institucionais, administrativos, políticos, ideológicos e idealistas abarcados por essa universidade. Fundamentalmente, a UFG buscou (e busca) a construção de culturas que acabam ressignificadas, reconfiguradas pelos projetos de cada reitorado em consonância com o contexto desenhado pela conjuntura do país como um todo.

De modo geral, considerando o processo de realização da pesquisa, o esforço para compreensão da história de uma instituição multifacetada, ousa-se, no exercício de síntese final aventar uma visão sobre a trajetória da UFG:

#### a) *pré-história da UFG*

Falou-se pela primeira vez em universidade para o Estado de Goiás em 1946, quando o engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno, que concorria ao governo de Goiás, prometeu criar uma universidade. Eleito, Coimbra tentou cumprir a promessa, mas a falta de recursos inviabilizou seu intento. Contudo, a idéia contagiou os estudantes da época e estes passaram a lutar “por uma universidade pública de qualidade” (UFG, 2008).

Objetivando manter viva a “semente de universidade” os estudantes criaram a Frente Universitária Pró-Ensino Federal, promovendo várias ações e movimentos com esse fim. Entretanto, a morosidade dos políticos retardava a criação de uma universidade para

Goiás. Nessa luta encontrava-se, também, o movimento católico que conseguiu aprovar o projeto “Universidade do Brasil Central” em outubro de 1959.

Diante desse fato, os estudantes se reorganizaram e promoveram grandes e intensos movimentos. Nesse processo, passaram a contar com o apoio do diretor do curso de Direito, Colemar Natal e Silva, o qual assumiu com determinação a luta iniciada pelos estudantes.

Ressalta-se que o contexto, que caracterizou os anos de 1940 e 1950, favoreceu o processo de federalização de escolas e facilitou o ingresso ao ensino superior. Também compôs esse cenário, as lutas e embates ideológicos entre o público e o privado. Destaca-se que a Faculdade de Direito foi federalizada em 1950 e teve papel decisivo na criação da Universidade Federal de Goiás

b) fase *idealista* - da implantação e estruturação em 1964

Resultante da estrutura social que a embasava, a princípio a UFGF buscou objetivos estritamente pedagógicos assentados numa cultura técnico-profissional. A Faculdade de Direito de Goiás, como semente originária, apresentou-se como consequência de lutas marcadas por embates entre o público e o privado, o laico e o confessional e, ainda, qual instituição se construiria como referência, ponto de partida (e de chegada) no que diz respeito ao ensino superior em Goiás. Assim, na palavra de Colemar Natal e Silva, a Universidade Federal de Goiás foi criada para “constituir um centro ativo de desenvolvimento, com ruptura da estrutura arcaica e tradicional da universidade brasileira” (OLIVAL, 1992, p. 75).

c) fase *tecno-burocrata desenvolvimentista* (1964 a 1972)

Seguindo a lógica da política para a educação determinada pelos militares, o ensino superior foi compreendido sob uma ótica meramente utilitarista. Esse nível de ensino teria a função de formar os quadros técnicos para a sociedade moderna, inculcar os valores e formar uma consciência, marcados pela ideologia de segurança e desenvolvimento determinados pelas elites dominantes (BALDINO, 1991). A UFG, nesse período, teve seu projeto de universidade redimensionado e adequado ao projeto de país, de desenvolvimento estabelecido pelos governos militares no Brasil, inclusive com a ação de interventor para alinhá-la para esse fim.

d) fase de *excelência multiespacial* (1972 a 1986)

A UFG alinhou-se à legislação para o ensino superior de 1968 (Lei nº 5.540/68), e às ideologias que orientavam o desenvolvimento, segurança e integração nacional, vislumbrando o Brasil-potência. Ao seu modo, desenvolveu a extensão, a interiorização e a expansão do ensino superior em Goiás através dos *campi* avançados. Com isso, estendeu os “braços” da instituição às regiões consideradas como pólos de desenvolvimento econômico, redefinindo o conceito de ensino, pesquisa e extensão. Administrando tensões e conflitos internos e externos, a UFG criou e recriou conceitos para os setores acadêmicos e políticos da universidade, fazendo dela referência para práticas extensionistas no país. A UFG foi muito bem conceituada no Brasil todo em sua política voltada para a extensão universitária.

Fomos muito felizes. Fomos reconhecidos como os melhores a fazer e executar a extensão. Primeiro, começamos por dois grandes projetos federais: o CRUTAC do próprio Ministério da Educação, e o Projeto Rondon, que já era mais antigo e fazia parte do Ministério Interior e

visava, prioritariamente, a integração do Brasil através das mãos dos jovens. (Maria do Rosário Cassimiro, entrevista em 05/08/09)

e) fase da *democratização reflexa* (1986 a 1989)

Esse foi um período marcado por profunda ressignificação conceitual e reordenação institucional e reconfiguração acadêmica em nome da redemocratização do país e da UFG. Coerente com o conceito de universidade dos gestores da época e alinhada às políticas para o ensino superior daquele momento, as políticas de extensão, interiorização e expansão via *campi* avançados foram desmontadas. O foco da universidade voltou-se para o ensino e a pesquisa na sede da UFG.

e) fase de *neo-democratização* (1990 a 1994)

Essa fase demarca, mas não limita as ações e as políticas que caracterizaram a UFG. Servem apenas como marco para o início de uma análise. Por isso, em concordância com as diretrizes políticas para a educação superior nacional nesse período, a UFG configurou-se através de um processo de reestruturação e reorganização política, financeira, administrativa e acadêmica. Através de ações, em nome da democratização, foi promovida a descentralização que, com o discurso de participação, encaminhou o processo de avaliação que garantiria maior produtividade pelo controle, agilidade e eficácia. A extensão e a interiorização tiveram seus conceitos e ações ressignificados no interior da universidade, e as práticas fora da instituição passaram a ocorrer através da extensão de cursos e oferta de serviços que gerassem a captação de recursos para a mesma.

Diante do exposto, o objetivo de estudar as especificidades dos *campi* avançados da UFG e através deles identificar as faces que interpenetram o ensino superior em Goiás, converge mais uma vez para a história do Brasil e de sua educação de forma mais ampla. A Universidade e o Ensino Superior transformaram-se profundamente no processo histórico-temporal. Em todo o tempo teve que apresentar respostas; posicionar-se sobre dilemas que na época se evidenciavam. Teve que conviver com propostas ideológicas de integração, inovação, conservação, ressignificação e reconfiguração. Teve que promover avaliação das competências assumidas pela instituição nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, das políticas para educação superior e seus sujeitos

Colocando a questão da extensão e da interiorização do ensino superior em Goiás, através das especificidades dos *campi* avançados da UFG, num universo contextual, percebe-se um pouco do que foi se revelando como um processo amplo e complexo. Processo esse em que as particularidades foram articuladas a tendências mais gerais e, por isso, sinalizaram para um quadro analítico do que foi o processo de extensão, interiorização e expansão do ensino superior em Goiás, e quem sabe do Brasil.

Ressalta-se que no esforço de integração e desenvolvimento com base na segurança nacional, a UFG já nasceu no interior dessa perspectiva, embora o projeto não explicitasse essa intenção. A UFG, nesse processo, protagonizou a extensão, a interiorização e a expansão do ensino superior em Goiás através dos *campi* avançados, mas consolidou uma rede de ações que viabilizaram o modelo econômico capitalista frente ao desenvolvimento do Estado. Tendo nascido com o propósito de romper com o velho e o arcaico e promover a modernização do ensino superior, a UFG foi estabelecida, segundo versão de ex-servidores da universidade, pela ousadia do professor Colemar Natal e Silva.

Este que foi o porta-voz de parcela significativa dos grupos que disputavam os rumos de Goiás, a partir de influências decorrentes de orientações advindas de discussões entre o público e o privado sobre o ensino superior, acabou por somar ao que, pessoas comuns, chamaram de grandes homens: Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Pedro

Ludovico Teixeira e, ele, Colemar Natal e Silva. Todos reconhecidos pelas grandes massas, e por elites políticas, como protagonistas de projetos que, emperrados, deslancharam sob seus comandos.

No caso da UFG, sua história, nesse processo, ainda contou com outros audazes: os reitores que a configuram como universidade, cada qual ao seu modo e em seu tempo. Mas, há aqueles que foram (e são) muito lembrados: Maria do Rosário Cassimiro e Joel Pimentel Ulhôa. Cassimiro, para alguns servidores que trabalharam com ela, atuava com paixão. E por seu conhecimento, força política, concepção de universidade alinhada à proposta do tempo que esteve à frente da UFG, “desbravou” Goiás, fazendo da UFG, não uma universidade para Goiânia, mas para Goiás, nas palavras dela própria. E ainda, deixou plantada a semente para universidades em regiões estratégicas do Estado.

Joel Ulhôa, em sintonia com o contexto político e ideológico que caracterizava o processo de democratização da sociedade brasileira, tomou a UFG e fez com que ela se olhasse no espelho. E, da mesma forma, que ela havia se estendido e se expandido pela interiorização de *campi* avançados, ele, enquanto reitor, assentado numa outra concepção de universidade, promoveu a reconstrução do conceito de universidade e ressignificou suas funções e ações. A partir de seu reitorado, o processo de extensão, interiorização e expansão via *campi* avançados foi desativado por uma década, sendo retomado em 1996, com as conceituações e funções que a época abarcava.

Ressalta-se que, cada reitorado, apresentou suas singularidades e especificidades. E isso fez (e faz) da UFG uma instituição que viveu confrontos, tensões, disputas nos processos de transformação que incrementaram sua busca pela participação, primeiramente no interior da universidade. Ficou evidente no caminho percorrido, a percepção de que sua modelação no tempo e espaço se deu em consonância com a racionalidade que a orientava.

Assim, considerando a tese de que a extensão universitária na UFG se expressou pela interiorização, através dos *campi* avançados, não é demais lembrar que tais ações foram responsáveis pela transformação de regiões consideradas pólos de desenvolvimento econômico regional. Através de ações extensionistas, a universidade ofereceu assistências de diferentes ordens, abriu campos de estágios para a maioria dos cursos mantidos pela instituição, promoveu a instalação de cursos, gerando a expansão do ensino superior do Estado de Goiás e, por conseguinte, do país.

Fazendo parte de um projeto nacional para o ensino superior, possibilitou o desenvolvimento deste nível de ensino numa perspectiva que, numa análise mais ampla, aponta para a compreensão das políticas das universidades federais e, em particular, aquelas que caracterizaram o Estado de Goiás nesse processo.

Note-se que as categorias: contradição, totalidade, reprodução, mediação e hegemonia (Cury, 1986), utilizadas para embasar a análise do objeto deste estudo puderam ser percebidas correlacionadas ao longo da pesquisa. O processo de extensão desenvolvido pela UFG representou e promoveu o movimento no interior e no exterior da universidade, quando ocorreu o estabelecimento das ações políticas para esse fim.

Notou-se que no interior desse movimento, característico do método dialético, a contradição prevaleceu como elemento promotor de disputas ou contendas entre aqueles que apoiaram os projetos os quais caracterizavam a extensão nos moldes propostos pelo contexto daquele momento e aqueles que combatiam e contestavam tal política. No mesmo cenário, visando abrir espaços para a superação da política então estabelecida, e que não era aceita por grande parte dos sujeitos envolvidos nesse processo, houve a participação de elementos que, mesmo contrários ao projeto, aceitaram integrá-lo.

De modo marcante, pode ser observada a categoria da reprodução em cada reitorado, ao estabelecer o próprio grupo de trabalho de modo que fossem mantidas as

relações básicas que o garantissem no poder e o apresentassem como autor/executor de um projeto ideologicamente correto.

Lembrando que a história da UFG tem sentido próprio porque ela nasceu ideologicamente orientada e, valorizando continuidades e rupturas, foi se recriando sob os princípios e os ideais que a convergiram para sua contemporaneidade. Diante disso, recorda-se que a história aqui escrita é uma versão, entre outras, da história do ensino superior em Goiás, e a compor a história da Universidade Brasileira.

## Referências

- BORGES, Barsanufio Gomides. Goiás nos da Economia Nacional: 1930 – 1960. In. DUARTE A SILVA, Luiz Sérgio (org). *Relações cidade-campo: fronteiras*. Goiânia: Ed. UFG, 2000. Goiânia: Ed. UFG, 2000.
- COSTA, Carlota V.; SALES, Edriene C. S. S. e SILVA, Maria Aparecida. *A Extensão na Universidade Federal de Goiás: uma análise da concepção e do procedimento*. Goiânia: UFG, 2008.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.
- DOURADO, Luiz Fernandes. *A interiorização da educação superior e a privatização do público*. Goiânia: Ed. da UFG, 2001.
- MACHADO, Luiz Eduardo G. e CEDRO, Diego Botelho. Evolução do Uso Agropecuário no Período de 1975 a 2008 no município de Barra do Garças - MT. In: *XIII SBGFA – Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada*. Universidade Federal de Viçosa – UFV, 06 a 107/2009. Disponível:  
[http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos\\_completos/eixo2/009.pdf](http://www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eixo2/009.pdf) Acesso: 28/4/10
- MORAES, Karine Nunes de. *Políticas de Expansão da Universidade Federal de Goiás; a interiorização de cursos nos Municípios de Goiás e Rialma*. Goiânia: UFG, 2002 (Dissertação).
- NEPONUCENO, Maria de Araújo. *A ilusão Pedagógica, 1930 – 1945: Estado, Sociedade e Educação em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1994.
- OLIVAL, Moema de Castro e Silva(org). *Realizações e Projetos de Colemar Natal e Silva no campo da Cultura em Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.
- OLIVEIRA, João Ferreira de. *A Restauração da Educação Superior no Brasil e o processo de Metamorfose das Universidades Federais: o caso da Universidade Federal de Goiás(UFG)*. São Paulo: USP/FE, 2000. (Tese)
- PALACIN, Luiz. *Fundação de Goiânia e Desenvolvimento de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1976.
- SILVA, Maria das Graças Martins. *Extensão: a face social da universidade?* Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. *Relatório de Atividades da Pró-Reitoria de Extensão(1978-1981)*. Goiânia: UFG, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Proposta para o Programa de Interiorização dos Cursos da UFG*. Goiânia: UFG/PROGRAD, 1994.

\_\_\_\_\_. Projeto de consolidação dos *CAMPI* da UFG. Goiânia: UFG, 1997.

\_\_\_\_\_. *UFG Afirmativa*. Goiânia: Ascon, novembro de 2008.

**Entrevistas realizadas com:**

1. Binomênio da Costa Lima – 23.11.2009
2. Ildeu Moreira Coelho – 04.08.2009
3. Joel Pimentel Ulhôa – 04.08.2009
4. Maria do Rosário Cassimiro – 05.08.2009
5. Paulo Ximenes – 03.11.2009

Artigo recebido em: 27/09/2010

Aprovado em: 21/12/2010